

## **AS REPRESENTAÇÕES DA ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA (ANL) E DOS LEVANTES COMUNISTAS DE 1935 NAS PÁGINAS DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO (OESP).** Guilherme Pigozzi Bravo, Tânia Regina de Luca.- História- Departamento de História- Faculdade de Ciências e Letras- Campus de Assis.

Em março de 1935, foi criada a *Aliança Nacional Libertadora (ANL)*, organização que obedecia à proposta de formação de frentes populares surgida em vários países europeus no combate ao movimento nazi-fascista. Da *ANL* participavam comunistas, socialistas, católicos, tenentes e liberais. Suas principais propostas eram a formação de um governo popular-nacional-revolucionário, a luta contra o imperialismo e o latifúndio, a reforma agrária, a suspensão do pagamento da dívida externa brasileira e a luta contra os regimes de extrema direita. Seus estatutos também conclamavam a defesa das liberdades civis em geral e dos interesses da classe trabalhadora, defendendo melhores salários e impostos mais baixos.

A Aliança, organizada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), constituiu-se na primeira frente nacional brasileira de massas, organizada de acordo com a nova estratégia política da Internacional Comunista (IC). Entre os seis principais fundadores da organização, três provinham da classe militar e eram ligados aos tenentes simpáticos à esquerda. Os outros três eram civis, originários das camadas médias. Apesar da importância dos comunistas na formação da *ANL*, não se pode atribuir aos mesmos, a iniciativa da sua criação e nem mesmos os principais dirigentes eram comunistas.

De acordo com Freitas, “A Aliança Nacional Libertadora foi uma frente ampla que se propunha a abrigar partidos, classes, setores de classes, sindicatos, associações, movimentos organizados, intelectuais, personalidades democráticas, setores das Forças Armadas e trabalhadores assalariados urbanos dispostos a lutar contra o fascismo, o imperialismo, o latifúndio e o Governo Vargas.”<sup>1</sup>. Embora tenha conseguido formar um considerável núcleo popular, o controle sempre foi exercido pelos setores da classe média e média alta.

A *ANL* promoveu manifestações, comícios e marchas. Segundo Paulo Sérgio Pinheiro, “várias células foram criadas entre os estudantes que, com os trabalhadores, funcionários, profissionais liberais, os militares e os intelectuais constituíam seu principal contingente”<sup>2</sup>. Para melhor divulgar seus ideais, a organização utilizava publicações e jornais. Durante suas manifestações, os membros da *ANL* enfrentaram resistência dos integralistas e forte repressão por parte da polícia. O governo nutria um certo receio em relação ao movimento, e a Lei de Segurança Nacional, aprovada em abril de 1935, constituiu-se em importante arma contra as agitações. A *ANL* foi posta na ilegalidade no dia 11 de julho, apenas quatro meses após sua criação. No período em que esteve na legalidade, transformou-se num grande movimento de massas.

Na ilegalidade, a *ANL* não mais organizou manifestações públicas, perdendo o grande prestígio que conquistara nas várias camadas sociais, principalmente na classe média. A partir desse momento, o controle da organização fica nas mãos dos comunistas, que preparam um levante armado em nome dela. Muito dos membros e simpatizantes tinham-na abandonado. Ela agora era um movimento ilegal, dirigido por um partido que também estava na ilegalidade. As células da *ANL*, que ainda funcionavam depois de julho, transformaram-se em células do Partido Comunista.

Os comunistas e tenentes continuaram a defender o programa da Aliança, tendo em vista a conquista do poder por meio de um levante armado, pois, na avaliação deles, a revolução armada seria o meio mais eficaz para derrubar o governo. O plano revolucionário, cujo objetivo era a deposição de Getúlio Vargas pelas armas, teve início durante o ano de 1934. O período entre o fechamento da *ANL*, em julho de 1935, e o levante de novembro foi decisivo nos preparativos finais para a eclosão da insurreição.

No dia 23 novembro, em nome da *ANL*, teve início uma sublevação em Natal. No dia seguinte, o movimento eclodiu em Recife, tendo a participação de civis e militares. Na capital federal, o movimento armado iniciou-se na madrugada do dia 27, no 3º RI, sob o comando de Agildo Barata e

---

<sup>1</sup> FREITAS, Valter de Almeida. *ANL e PCB: mitos e realidade*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1998, p. 129.

<sup>2</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: A revolução mundial e o Brasil, 1922/1935*. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 274.

Álvaro de Souza. As revoltas no Rio de Janeiro e Recife foram logo dominadas. Em Natal um governo popular revolucionário chegou a ser criado, cabendo sua direção ao núcleo regional do *PCB*. Este governo durou apenas quatro dias. Ao contrário do que previam as estratégias, os levantes não conseguiram o apoio da população urbana, nem provocaram greves operárias. O motim não teve uma ampla repercussão.

A derrota desencadeou uma enorme reação por parte da polícia. Para as elites, civil e militar, o comunismo tornou-se uma grande ameaça. Vargas conseguiu, do congresso, a aprovação de medidas repressivas no combate ao comunismo, entre elas, o estado de sítio. Com uma exagerada, e arbitrária, campanha anticomunista de repressão que se seguiu ao fim dos levantes, Vargas habilmente usou a rebelião como veículo para a ampliação do poder do Executivo e, com a promulgação do estado de sítio, firmar o crescimento e a ação das forças armadas e calar a oposição.

Assim, governo polarizou para si toda a confiança e simpatia das forças de centro e direita, aparecendo como o pivô da luta anticomunista. Os jornais, dentre eles *O Estado de S. Paulo* (OESP) de caráter liberal e anticomunista declarado, apoiaram sua ação enérgica.

É inegável o papel da imprensa na construção histórica de um país. São de suas folhas impressas que emerge o conhecimento que muitos terão do que acontece, no dia-a-dia, não só pelo seu país afora, como também em relação ao mundo. É claro que, ao analisar e transcrever fatos, todo jornalista também deixa ali impressa sua marca, sua visão de mundo, suas concepções. A escolha de um periódico, como objeto de estudo, justifica-se na medida em que este se constitui um relevante documento, um veículo que forma opinião, com potencialidades políticas, que atua nas mais variadas dimensões sociais, e não apenas um veículo meramente informativo.

A imprensa nasceu com o objetivo de informar, de vigiar e denunciar o que estivesse em desacordo com a lei, ferisse as instituições, não só governamentais como qualquer outra ligada ao interesse público. No entanto, no decorrer do tempo, o que se pôde perceber, é que os interesses ideológicos, políticos e econômicos da imprensa passaram, em muitos momentos, a sobrepujar esse papel. Por ser a imprensa órgão formador de opinião, a manipulação das notícias e fatos passou a relacionar-se a projetos políticos, econômicos e sociais defendidos pelos órgãos da imprensa ou pelos interesses que ele representava. Assim agindo, tornou-se o poder que obriga, que submete e, por vezes, determina a ação dos outros poderes.

Em especial no Brasil, país em que há ainda um grande número de iletrados e grande parcela de analfabetos funcionais, torna-se mais fácil à imprensa conduzir a opinião pública. Para grande parte da imprensa interessa apenas denunciar o que não esteja de acordo com suas necessidades ou projetos. Nesse grande jogo de interesses, elegem-se ou derrubam-se governantes, partidos, instituições...

No caso do *OESP*, em especial no ano de 1935, ano escolhido para análise, o referido jornal, mesmo defendendo ideais liberais, preferiu colocar em segundo plano suas concepções, em prol do cerceamento do que considerava um perigo à nação: o comunismo. Neste período, o comunismo foi apresentado pelo matutino como uma ameaça iminente, que deveria ser combatida, tanto pelo governo, quanto pela sociedade brasileira como um todo. Na luta contra o comunismo e na defesa de seus ideais liberais, o citado jornal empreendeu uma campanha anticomunista, conclamando a repressão aos “vermelhos”. Invocou o caráter nacional desta luta, pois entendia que “o combate ao comunismo devia ser levado avante por uma questão de defesa da nacionalidade”.<sup>3</sup>

Com o início dos levantes comunistas em novembro de 1935, o “perigo” do comunismo assumiu, nas páginas do *OESP*, maiores proporções. As sublevações foram caracterizadas como uma horrível catástrofe, de proporções inimagináveis. Para a imprensa liberal, os comunistas eram os responsáveis pelo estado de guerra em que se encontrava a sociedade brasileira. Os insurgentes comunistas colocavam em risco não só a propriedade, mas também o fundamento básico da ordem social.

A linha editorial do jornal pautou-se por uma acirrada oposição aos insurretos, por meio de sua principal arma: a informação, ou melhor, uma pretensa informação. O jornal colocou-se como vigia da sociedade; como órgão que denunciaria qualquer ação que colocasse em risco a ordem social. A luta pela manutenção do *status quo* foi bandeira inalienável do jornal.

---

<sup>3</sup> CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Ligia. *O Bravo Matutino. Imprensa e Ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p.106-107.

Este projeto procurará estabelecer um confronto entre o que diz a historiografia e os editoriais do jornal *OESP* em relação à *ANL* e aos levantes comunistas de novembro de 1935, para verificar em que medida o discurso do jornal estivera, ou não, impregnado do medo do comunismo e, por isso mesmo, o quanto contribuiu para gerar um clima de incerteza que favoreceu a adoção de medidas excepcionais pelo governo.

Trata-se, portanto, de analisar a construção discursiva do periódico, ou seja, de que maneira o *OESP* consolidou, diariamente, sua visão de mundo e como encarou, sob o prisma de sua prática jornalística-discursiva, a formação e atuação da *ANL* e os levantes comunistas de 1935. A pesquisa encontra-se, ainda, em seu início, bem como a consulta aos exemplares do jornal depositados no CEDAP/Assis, não havendo, desta forma, condições de se apresentarem resultados consistentes.

Este projeto pretende, portanto, demonstrar o quanto o discurso produzido pelo periódico *OESP* pode influenciar a opinião pública, quando não formá-la, por meio de uma prática jornalística permeada de concepções ideológicas e de jogos de interesses latentes, isso num período em que o comunismo era considerado, por grande parte da imprensa, órgãos governamentais e pela elite que detinha o poder, uma ameaça à sociedade brasileira. O jornal, que sempre se colocou como defensor do liberalismo e das liberdades democráticas, declarava abdicar, temporariamente, de seus ideais, para garantir a ordem social. O que talvez seus proprietários não imaginassem era que o apoio ao fortalecimento do governo lhes custaria a liberdade em 1940, quando foi ocupado pela polícia do Estado Novo, situação que se repetiria em 1964, com a ditadura militar.